

CPMI DO INSS

Cunhado e ex-namorada são convocados a depor

Expectativa é de que Fabiano Zettel e Martha Graeff esclareçam nomes e conexões de Daniel Vorcaro. E colegiado manterá dados do ex-banqueiro em ambiente restrito

» DANANDRA ROCHA

A CPMI do INSS aprovou, ontem, as convocações de Fabiano Zettel e de Martha Graeff, respectivamente cunhado e ex-namorada de Daniel Vorcaro, dono do Banco Master. O primeiro era operador de fundos ligados à instituição financeira e ela seria uma espécie de confidente do ex-banqueiro, conforme constataam diálogos de foro íntimo vazadas na semana passada — e que receberam repúdio, inclusive, do ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo Tribunal Federal (STF). O colegiado pretende esclarecer como funcionava o esquema de crédito consignado a aposentados e pensionistas da Previdência que sofreram descontos irregulares, mas pode trazer para o plenário assuntos que não esteja diretamente ligados ao escopo da comissão.

Zettel é apontado pela Polícia Federal (PF) como operador financeiro de Vorcaro. Ele foi preso na segunda fase da Operação Compliance Zero e deverá esclarecer, segundo o requerimento aprovado, possíveis vínculos entre negócios familiares, a Igreja Lagoinha — onde era pastor — e empreendimentos ligados ao esquema investigado. Um desses negócios é o resort Taya-yá, cuja propriedade era da Maridt Empreendimentos, que pertence ao ministro Dias Toffoli, do STF, e seis irmãos. Um dos fundos administrados por Zettel comprou a participação da empresa do magistrado no empreendimento turístico, que fica no Paraná.

No caso de Martha Graeff, a expectativa dos parlamentares é de que ela ajude a identificar pessoas que frequentavam o círculo próximo do ex-banqueiro e esclarecer o contexto de encontros e conversas mencionados nas investigações. Isso ficou nítido nos diálogos íntimos entre ela e Vorcaro, que vazaram na semana passada.

Mas a CPMI convocados, também, os ex-diretores do Master Ângelo Antônio Ribeiro da Silva e Luiz Antônio Bull. Segundo os parlamentares autores dos pedidos, ambos poderão prestar esclarecimentos sobre a atuação da instituição financeira na concessão de empréstimos consignados e na estrutura de controle interno voltada

Geraldo Magela/Agência Senado



Diante dos vazamentos que aconteceram semana passada, e das acusações infundadas de que a CPMI teria vazado informações, determinamos que todo o material da quebra de sigilo do telefone do senhor Daniel Vorcaro fique em uma sala-cofre"

Senador Carlos Viana (Podemos-MG), presidente da CPMI do INSS

à prevenção de fraudes. Também serão chamados Marcos de Brito Campos Júnior, ex-superintendente do INSS no Nordeste; Lucineide dos Santos Oliveira, diretora da Associação dos Aposentados do Brasil (AAB); além de representantes de empresas e advogados citados nas investigações.

A maioria do colegiado, porém, rejeitou o pedido para ouvir a empresária Roberta Luchsinnger, apontada por parlamentares da

oposição como integrante do chamado “núcleo político” do esquema de fraudes contra beneficiários do INSS. Ela é amiga de Fabio Luís Lula da Silva, o Lulinha, cuja quebra dos sigilos bancário e fiscal foram anulados pelo ministro Flávio Dino. Mas, antes disso, soube-se que as empresas do primogênito do presidente Luiz Inácio Lula da Silva movimentaram R\$ 19 milhões em quatro anos.

Roberta entrou na mira da CPMI por conta de uma diálogo mantido com Antônio Camilo Antunes, o “Careca do INSS”, que seria o chefe do esquema criminoso. Na conversa, há a suspeita de que o “filho do rapaz”, que seria beneficiado com uma mesada de R\$ 300 mil, seria Lulinha. A empresária jamais negou o vínculo de amizade com o filho mais velho do presidente.

Sala-cofre

Já o presidente da CPMI, senador Carlos Viana (Podemos-MG), anunciou ontem um conjunto de medidas para reforçar a segurança das informações reunidas pelo colegiado. A decisão ocorre após relatos de vazamento de dados obtidos pela comissão nas últimas

semanas — um deles seriam os diálogos íntimos entre Vorcaro e Martha Graeff. Ele assegurou que o material resultante da quebra de sigilo telefônico do ex-banqueiro será armazenado em uma “sala-cofre” no Senado, ambiente de acesso restrito e onde apenas os parlamentares integrantes da CPMI poderão consultar os dados.

Segundo Viana, o espaço foi preparado para garantir que o conteúdo sensível da investigação seja analisado sem risco de novos vazamentos. O acesso ao local será feito sem celulares ou qualquer tipo de equipamento eletrônico.

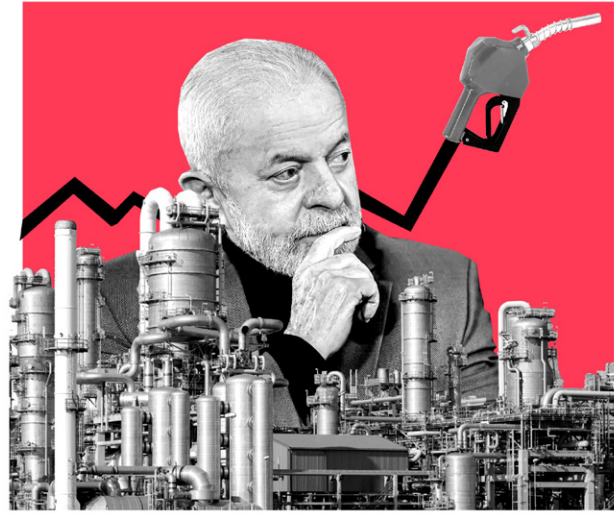
“Diante dos vazamentos que aconteceram semana passada, e das acusações infundadas de que a CPMI teria vazado informações, determinamos que todo o material da quebra de sigilo do telefone do senhor Daniel Vorcaro fique em uma sala-cofre, onde só entram parlamentares e sem qualquer equipamento eletrônico. É um arquivo muito grande. Para se ter uma ideia, levamos quase sete horas para fazer o download de todo o material. A partir de agora, ele ficará protegido e disponível apenas para os integrantes da comissão”, garantiu.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Inflação e endividamento tiram o sono de Lula

A guerra no Oriente Médio introduziu uma variável externa que pode alterar significativamente o cenário político brasileiro em pleno ano eleitoral, sobretudo a estratégia de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A escalada do conflito e o risco de interrupção do fluxo de petróleo pelo Estreito de Ormuz provocaram a disparada do preço do barril, que chegou a ultrapassar a casa dos US\$ 120 antes de recuar para a faixa de US\$ 90. Governos do mundo inteiro estão diante da ameaça de inflação doméstica e desgaste político.

No Brasil, diante da ameaça externa, Lula anunciou um pacote emergencial para conter a alta do diesel. As medidas incluem a zeragem de PIS e Cofins sobre o combustível, uma subvenção de R\$ 0,32 por litro para produtores e importadores e a criação de um imposto extraordinário de 12% sobre a exportação de petróleo. A engenharia fiscal apresentada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, busca compensar a renúncia estimada de R\$ 30 bilhões do PIS e Cofins com o aumento de arrecadação proveniente da exportação de petróleo.

Lula quer evitar que o diesel, principal combustível da logística brasileira, provoque uma onda inflacionária. O transporte rodoviário responde por cerca de dois terços do escoamento da produção agrícola e industrial. Qualquer aumento expressivo no diesel rapidamente se transmite aos preços de alimentos, fretes e serviços. Em termos políticos, pode ter efeito devastador em ano eleitoral. É um cenário de tirar o sono.

A crise energética ocorre em um momento econômico delicado. Depois de um período de crescimento moderado e aumento do emprego, o Banco Central (BC) manteve a taxa básica de juros em níveis elevados — cerca de 15% ao ano — para conter a inflação. O resultado é um ambiente de crédito caro, que tem pressionado as finanças das famílias brasileiras.

Dados recentes da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor mostram que 80,2% das famílias estavam endividadas em fevereiro de 2026 — o maior patamar da série histórica iniciada em 2010. Mais preocupante é o avanço da inadimplência, que voltou a subir e já atinge 29,6% das famílias. Quase metade dessas dívidas está em atraso há mais de 90 dias, evidenciando uma deterioração do quadro financeiro doméstico.

Essa situação cria um triângulo de fogo. A inflação corrói a renda real, enquanto o endividamento limita a capacidade de consumo — dois fatores que afetam diretamente a percepção da população sobre o desempenho econômico do governo. Num ambiente eleitoral, mesmo quando os indicadores macroeconômicos permanecem relativamente equilibrados, o sentimento econômico pode se deteriorar rapidamente e encandecer a campanha dos candidatos de oposição.

Economia do afeto

O Palácio do Planalto teme que o choque do petróleo frustre uma das principais apostas políticas de Lula para sua campanha de reeleição: a chamada “economia do afeto”, para usar a feliz expressão do historiador Alberto Aggio. A estratégia do governo vinha se baseando na recuperação do emprego, na expansão de programas sociais e na recomposição do poder de compra das camadas mais pobres. O objetivo era reconstruir um clima de bem-estar econômico capaz de sustentar a popularidade presidencial. Faltou combinar o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e os aiatolás iranianos.

Com crescimento moderado e renda em expansão, eleitores tendem a valorizar estabilidade e continuidade. Foi esse ambiente que permitiu a Lula construir sua hegemonia eleitoral nos anos 2000, quando a combinação de commodities em alta e políticas sociais ampliou a base de apoio do governo. O cenário atual, porém, é outro: juros altos, endividamento recorde das famílias e um choque externo nos preços de energia. Essa mistura não estava prevista.

As pesquisas eleitorais recentes já indicam um cenário competitivo. Levantamentos divulgados nas últimas semanas mostram uma redução da vantagem de Lula em cenários de segundo turno contra adversários da direita, especialmente o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). O crescimento do principal candidato do campo bolsonarista reflete, em parte, o desgaste natural de um governo em seu quarto ano, mas, também, a sensibilidade do eleitorado à situação econômica.

Inflação e custo de vida são fatores decisivos em eleições. É impossível convencer o eleitorado de que choques externos são os verdadeiros responsáveis por aumentos de preços, ainda mais quando os agentes econômicos atribuem a inflação e juros altos ao déficit fiscal do governo. Para a maioria dos cidadãos, a responsabilidade recai inevitavelmente sobre quem está no poder. O desafio de Lula, portanto, é essencialmente político. A eficácia das medidas anunciadas dependerá da rapidez com que a redução do diesel chegará às bombas e, sobretudo, do comportamento do preço internacional do petróleo nas próximas semanas.

Se a guerra no Oriente Médio se prolongar e a volatilidade energética persistir, o impacto inflacionário poderá neutralizar boa parte dos ganhos sociais obtidos pelo governo nos últimos anos.

ELEIÇÕES 2026

Tebet anuncia disputa ao Senado por SP

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

A ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB-MS), anunciou ontem a candidatura ao Senado por São Paulo, nas eleições de outubro. Segundo ela, que terá até dia 4 de abril — prazo máximo de desincompatibilização — para deixar o comando da pasta, a entrada na corrida ao Senado atende a um pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do vice Geraldo Alckmin.

Segundo Tebet, que participou do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento, no Mato Grosso do Sul, as conversas com Lula ocorreram entre janeiro, na ida da comitiva brasileira ao Panamá, e a primeira semana de março, quando ela e Lula conversaram reservadamente em São Paulo. Já o acerto com Alckmin, disse a ministra, foi anteontem, antes de ela viajar para Campo Grande.

A escolha de São Paulo em vez do Mato Grosso do Sul foi explicada pelo fato de que o estado deu a ela 33% dos 4.915.423 votos no primeiro turno das eleições para presidente, em 2022. “Quando isso chegou até mim, fui investigar a razão dessa convocação (do presidente e vice para a candidatura ao Senado). E, para minha grata surpresa, fui ver que São Paulo tinha me dado mais de um terço dos votos para presidente

Gabriela Pires/MPO



Ministra pode deixar o MDB para disputar o retorno ao Senado

da República. É onde eu tenho mais aceitação”, justificou.

Embora confirme a disputa o Senado por São Paulo, a ministra não deu indicações sobre se sai do MDB. A legenda é aliada do governador de São Paulo e candidato à reeleição Tarcísio de Freitas (Republicanos), que estará com o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) na corrida presidencial. Um possível caminho para ela é o PSB.

Com a confirmação de Tebet e a perspectiva de o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, concorrer ao governo paulista, o palanque de Lula começa a ganhar forma no maior colégio eleitoral do país. Para fechar a chapa, porém, é preciso escolher mais um nome para o Senado — os ministros Marina Silva (Meio Ambiente e Mudança do Clima) e Márcio França (Empreendedorismo) estão no páreo.

» Flávio quer Ratinho junto

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) quer o apoio de Ratinho Júnior (PSD) à sua candidatura à Presidência da República. Mas a oferta enfrenta resistência de aliados do paranaense. O coordenador da pré-campanha do filho Ol, senador Rogério Marinho (PL-RN), ofereceu ao governador do Paraná uma aliança para o primeiro turno das eleições de outubro. A conversa foi feita na quarta-feira, em Brasília, a convite do parlamentar. O aceite implicaria Ratinho abrir mão da vaga presidencial, hoje em disputa dentro do PSD. Outros dois governadores, Ronaldo Caiado (GO) — ainda não filiado, mas com promessa de se juntar à legenda —, e Eduardo Leite (RS), competem para se cacifarem como candidatos ao Palácio do Planalto pela sigla. Ratinho respondeu a Marinho que o PSD não decidiu quem será o presidenciável e que ele não pode responder pelo partido. Mas aliados de Ratinho dizem que ele levaria a Flávio a irritação provocada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro nas eleições municipais de 2024 — em vez de apoiar um candidato do PL a vice na chapa para a Prefeitura de Curitiba, apoiou uma bolsonarista que era adversária do apadrinhado de Ratinho Júnior.